

## O LUGAR DA VIOLÊNCIA



### Tipologias urbanas e violência em Salvador

Este trabalho tem aportado elementos que apontam a determinados padrões nas relações entre os eventos de criminalidade estudados, o historial de intervenções municipais e as características urbanísticas e arquitetônicas da cidade de Salvador. Estes padrões, analisados em diferentes escalas e aspectos da evolução urbana recente e da estrutura urbana existente, revelam a partir de um ponto de vista diferente daqueles que em geral tratam a questão, que a complexidade que envolve as ações de violência cobram um maior protagonismo de atores que até então não jogado um papel de responsabilidade periférica respeito ao tema.

#### O abandono do espaço público

As principais variáveis associadas a situações que facilitam a ocorrência de atos delitivos, chamadas *variáveis situacionais*, estão relacionadas com as condições de (1) motivação, (2) acessibilidade da vítima e (3) ausência de vigilância e remetem diretamente à possibilidade de um planejamento e de um projeto dirigido a uma gestão preventiva capaz de reduzir oportunidades e criar sentimento de segurança na cidade. O *fator facilitador*, como condição para que determinados indivíduos cometam ou aumentem a eficiência de suas atividades delitivas, promoveu nos últimos anos o reconhecimento do desenho e do planejamento urbano como elementos fundamentais da política de prevenção e combate à violência urbana.

Na América do Norte a estratégia de combate aos delitos através da *prevenção situacional* é conhecida como Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED). Ainda que receba a mesma denominação, a estratégia aplicada na Europa se diferencia respeito a norte-americana por dirigir o foco para a vítima. Em ambos os casos sua aplicação está estruturada na (1) criação de regulamentos, (2) ferramentas técnicas, (3) capacitação técnica e (4) definição do papel de cada um dos atores responsáveis pela prevenção e combate à violência (HEIN e RAU, 2003). Os regulamentos buscam assegurar a aplicação das medidas de prevenção através de leis, planos reguladores e ordenanças municipais sejam estas especificamente redigidas ou não para a segurança pública. As ferramentas técnicas estão voltadas ao diagnóstico e inclui, entre outras coisas, detectar as variáveis ambientais pertinentes e sua relevância no processo de elaboração de estratégias, seja em forma de guias ou manuais. Estas ferramentas apoiam os técnicos planejadores responsáveis pela elaboração e aplicação dos planos e políticas públicas de segurança. A estes técnicos também cabem as funções de orientação tanto ao nível do grande público quanto ao nível de treinamento de equipes técnicas executoras. No entanto o ponto chave da estratégia está na interação e organização do trabalho conjunto



entre as organizações responsáveis, fazendo-se necessário identificar os atores e definir os respectivos papéis na estratégia que, conjuntamente, devam estabelecer. Entre elas, as instâncias nacionais, estaduais e municipais de governo, os corpos de polícia, as organizações comunitárias e as representações do interesse privado (empresas de segurança ou aquelas mais afetadas por determinados tipos de eventos). A presença da comunidade neste processo é considerada fundamental e entre todos deve prevalecer uma forte pré-disposição ao diálogo e a troca de conhecimentos, consolidando práticas que resultem numa maior confiança de cada ator em relação aos outros.

No Brasil o reconhecimento do desenho e do planejamento urbano como elementos fundamentais da política de prevenção e combate à violência é reconhecida pelos mais importantes grupos de pesquisa em segurança pública e criminalidade do país. Entre eles o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) dirigido por Sergio Adorno e Paulo Sergio Pinheiro em São Paulo, o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) dirigido por Cláudio Beato em Belo Horizonte e o Núcleo de Referência em Segurança Urbana (NUSUR) dirigido por Roberto Kant de Lima no Rio de Janeiro. Desta forma, assim como o plano social tem um papel fundamental na questão, a gestão e o planejamento urbano local devem ser instrumentos da política geral na prevenção da violência urbana. Através de ações coordenadas entre os vários participantes daquilo que poderíamos chamar de Consórcio de Segurança Pública (CSP), a política de intervenção e gestão do ambiente urbano incluirá um mapeamento dos principais problemas existentes e a associação sistemática dos mesmos aos problemas do espaço urbano onde o poder municipal teria um papel relevante a desempenhar.

Entre as condições de prevenção situacional mais citadas encontra-se a vigilância natural dos espaços públicos. Apontada há mais de quarenta anos como uma das vítimas do modelo urbano trazido com o novo urbanismo, a ausência ou decadência de espaços de convivência e circulação de pessoas evidencia a importância do papel do município no tema da segurança pública. De fato, o impacto das grandes intervenções urbanas nas cidades mais importantes dos Estados Unidos colocou em evidência uma clara relação entre as características da chamada nova arquitetura e do novo urbanismo com a crescente percepção de insegurança e perda da qualidade de vida urbana. A socióloga e antropóloga **Jane Jacobs** (1961) escreveu então uma forte crítica ao novo modelo de cidade produzida considerando que trazia desequilíbrios a uma série de complexas relações que dependiam, com especial importância, das características da tipologia arquitetônica e urbanística da cidade.

No Brasil, esta forma de fazer urbanismo levou a que as cidades crescessem de forma difusa e segregada. A circulação e interação entre diferentes classes sociais

foram minimizadas e a segregação territorial fragmentou a cidade através da construção de bairros fechados e centros especializados de comércio e serviço. O impacto deste modelo debilitou uma das características mais importantes da cidade moderna democrática: os princípios de acessibilidade e circulação. Desta forma, se estabeleceu uma ordem favorável a uma divisão espacial entre aquilo que se considera a cidade formal e aquela informal, levando ainda a um tratamento diferenciado por parte do poder público na aplicação dos critérios de intervenção urbanísticas em ambos espaços (**Maricato 1996**). Uma aplicação rigorosa da legislação, para o primeiro, contrastaria com tolerância, descaso, improvisação e oportunismo político em relação ao segundo, aumentando a divisão espacial e social através desta política de investimento público. Esta maior atenção dispensada a estas áreas por parte do poder público é incrementada com a maior capacidade de segurança privada que a protege, com relativa eficácia, das pressões originadas da chamada cidade ilegal. Esta capacidade, que se materializa no espaço urbano entre outras coisas através de bairros fechados, não apenas aumenta o isolamento entre classes como também transforma a qualidade daquilo que deveria ser considerado espaço público (**Caldeira 2003**). Não é de admirar, portanto, que os eventos de homicídios tenham sido vinculados, ainda que com certa razão como vemos nos mapas de dados censitários, preferentemente a áreas da cidade que se caracterizam por um perfil de renda baixa.

Mas é principalmente pela ausência do Estado que a relação entre condições ditas meio-ambientais e criminalidade se evidenciam neste estudo. A associação entre renda e violência, inegável mas não exclusiva, serviu durante muito tempo para justificar certa impotência com que o Estado tratou a questão. Enquanto vislumbrado como um problema essencialmente vinculado a renda dos habitantes, a administração municipal driblou sua responsabilidade em relação a segurança e a violência urbana. Fosse como fosse, o certo é que esta incapacidade demonstrada pelo Estado levou a que a cidade privada, aquela com capacidade de implementar por si só medidas de proteção, tenha incrementando um modelo de cidade baseado em controles e barreiras materiais e simbólicas. Isto se evidencia na **(1) lógica das áreas homogêneas** que caracteriza uma clara segregação espacial na cidade de Salvador e na **(2) ausência de operações públicas municipais de urbanização** em áreas ditas informais de ocupação mais recente.

#### **a lógica das áreas homogêneas**

Em Salvador, verificamos que o traçado viário proposto pelo chamado *novo urbanismo* teve como fundamento a utilização dos vales como passagem natural das vias arteriais. Esta lógica, ainda que tecnicamente correta desde o ponto de vista da

engenharia de transportes, possibilitou ordenar a cidade em torno a um modelo que repete, numa escala metropolitana, aquele da casa grande e senzala. De maneira que, antecipando-se a construção dos bairros fechados, este traçado estabeleceu limites que contribuíram para o crescimento de localidades homogêneas ao mesmo tempo em que estabeleceu as fronteiras, que as manteriam separadas, ainda que próximas umas das outras.



**A hierarquia viária ordena e estrutura a ocupação do território separando classes sociais mas também dividindo a cidade em áreas de maior e menor presença do Estado através de fronteiras físicas e imaginárias que permitem um tratamento diferenciado que se apóia na idéia de que uma cidade é formal e a outra é informal.**

Diferentemente das intervenções retificadoras como aquelas ocorridas nas cidades europeias durante a segunda metade do século XIX ou aquelas realizadas em Salvador por J.J.Seabra no início do século XX, este modelo não pretende modificar uma estrutura construída a partir de processos aparentemente espontâneos. A cidade que se articula em torno a bairros fechados e centros comerciais e de serviço igualmente seletivos, constrói a ilusão de que é possível criar um mundo novo sem resolver os conflitos reais de mundos velhos, chamados assim porque se alimentam de uma lógica injusta.

A observação desta lógica indica

um esforço por alimentar a possibilidade de existência de um modelo segregado de *ilhas* como se fosse possível ter uma *Bélgica* ou uma *Alemanha* incrustadas no tecido urbano da cidade. Esta separação alimenta aquilo que Caldeira (2007) denomina de ritual cotidiano de segregação; alimenta a violência, a perda dos direitos de cidadania e de ordem democrática. A equivalência de direitos entre distintos grupos sociais fica claramente questionada através de uma organização do território que segrega através de muros e fronteiras sejam estas físicas ou psicológicas, minimiza deliberadamente as superposições entre grupos sociais ou encontros entre pessoas de distintas características sociais, debilitando o papel da comunidade na forma de construir a cidade.

É, portanto, necessário construir um modelo de cidade que permita espaços de interseção e proximidade ao mesmo tempo em que haja respeito a privacidade, a individualidade e aos direitos humanos. Neste modelo é essencial o papel do espa-

ço público como elemento chave que articula os diferentes interesses daqueles que formam a cidade. O caminho não é outro senão aquele que leva a uma democratização do espaço público, uma renegociação de fronteiras e o respeito aos direitos civis (Caldeira, 2007).

## Homicídios

A análise espacial da distribuição de homicídios no Município de Salvador aportar elementos que indicam uma relação direta entre estes eventos de criminalidade e umas condições espaciais *facilitadoras*. Esta evidencia indica a importância e o papel que a administração municipal teria no âmbito de uma política de segurança pública baseada num consórcio de atores diretamente responsáveis.

Os dados referentes a homicídios foram retirados dos Boletins de Ocorrência do Departamento de Polícia Metropolitana da Polícia Civil da Bahia (Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado da Bahia) e correspondem ao segundo semestre de 2005. A escolha do período teve como objetivo o acompanhamento e registro dos casos também na imprensa escrita e televisada. Esta amostragem foi considerada suficiente para a identificação espacial das áreas mais afetadas por homicídios no Município de Salvador, tendo em vista que o objeto a ser analisado não foi o homicídio mas a sua relação espacial com as características urbanísticas da cidade. Foram recebidas cópias em formato digital (doc) de 499 Boletins de Ocorrência contendo campos de informação referentes ao registro (número do registro, data, hora), comunicante (tipo de envolvimento, nome, número de cadastro), fato (data, hora, local, bairro), descrição do ocorrido, qualidade delituosa do fato, natureza do fato, outros envolvidos (tipo de envolvimento), dados da vítima (nome, sexo, cútis, outras características), nome do redator e visto.

Chama atenção o fato de que os dados referentes a roupa da vítima tenham uma atenção maior do que aquela da localização do evento. Por outro lado, ao utilizarem procedimentos informais ou pouco normalizados para preenchimento da ficha de ocorrência, a descrição revela uma leitura particular dos agentes sobre o lugar do homicídio e a cidade. Na falta de recursos para uma localização mais precisa, estes agentes costumam associar o local do homicídio com pontos de referências que podem ser bares, mercearias ou colégios, mas também com áreas de moradia informal, indicando com isto certo palpite sobre as possíveis relações espaciais.

Na pesquisa, a documentação gráfica que se incorporou a cada ficha foi formada pela localização do homicídio no mapa do Município de Salvador e em fotos aéreas nas escalas de bairro, localidade, rua e quadra. Para a localização e captura da imagem no mapa foi utilizado o aplicativo informático da LOUOS da Prefeitura Mu-

nicipal e para as ortofotos a base de dados INFORMS da CONDER. Os homicídios também foram georeferenciados na base cartográfica de GOOGLE MAPS e os respectivos links introduzidos na ficha da base de dados da pesquisa.

No caso de um enfoque sociológico ou epidemiológico, a espacialização da criminalidade em Salvador tem merecido importantes estudos. Freitas, Paim, Silva e Costa (2000 e 2001) examinam as mortes violentas ocorridas a finais dos anos 80 e início dos 90 e apontaram uma forte relação com as áreas mais pobres da cidade. Em estudo mais recente, Paim (2006) apresenta a distribuição espacial da taxa de mortalidade por homicídios, segundo Zonas de Informação, relativas aos anos 1997 e 2000 e, sem desprezar outras variáveis, defende a tese cada vez mais forte da desigualdade social como um dos maiores responsáveis pela violência na cidade. Utilizando dados das Declarações de Óbito e dos arquivos do Instituto Médico Legal verificam a distribuição espacial dos casos de homicídios por Distritos Sanitários ou Zona de Informação.

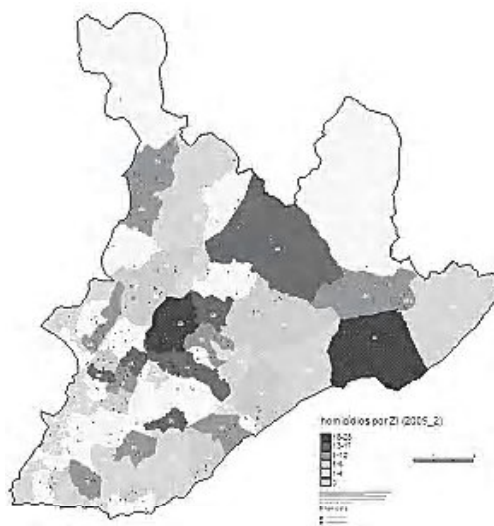
A utilização dos limites de áreas administrativas [CAMPOS et al, 2004] ou de informação [CARVALHO E PEREIRA, 2006], municipal (CARVALHO, 1999) ou estadual (FREITAS et al, 2000 ou CAMPOS, 2006) induz a uma generalização das condições destas áreas. Sem prejuízo dos valores aportados por estas contribuições, procurou-se destacar neste projeto de pesquisa uma percepção espacial que tem em conta a cidade enquanto um sistema urbano mais que um somatório de áreas homogêneas. Este sistema supõe a existência de relações que comportam intercâmbios complexos de fluxos de indivíduos, matérias, informação e redes de serviço determinantes do grau de organização do território. Conhecê-lo supõe, como indica Milton Santos, levar em consideração os "dados materiais e não materiais, isto é, dos sistemas de engenharia e dos sistemas sociais, cujo conjunto define o espaço produtivo, uma soma que se dá entre o espaço produzido e a ação produtiva. O grau de urbanização é tanto mais avançado quanto mais densos e complexos forem os sistemas de engenharia e os sistemas sociais presentes numa área" (SANTOS, 1994).

Esta nova forma de aproximação ao tema da violência urbana é uma das principais contribuições metodológicas do estudo realizado e permite uma relação muito mais direta entre os eventos de violência estudados e as características principais, em várias escalas, da estrutura urbana a eles vinculados. Incorpora a lógica comparativa entre diferentes condições sócio-topográficas mas também a lógica das redes e as heterogeneidades internas destas áreas que de outra maneira não expressariam as dinâmicas que regem as relações urbanísticas. Isto significa enlaçar diretamente com um dos objetivos principais do projeto e que estabelece elementos para definição do papel que a administração municipal pode e deve exercer no âmbito do Consórcio de Segurança Pública anteriormente citado.

Para relacionar homicídios e características ambientais foi desenvolvida uma metodologia que deu prioridade ao fato de que o estudo tinha como objeto caracterizar o lugar mais que os eventos. Sendo assim buscou-se nos elementos da estrutura urbana aquele que poderia aportar uma unidade de espacialização que permitisse não apenas uma distribuição de homicídios por área mas que estas áreas estivessem fortemente vinculadas com a lógica de organização do território. Considerando que os homicídios estavam relacionados às vias, estabeleceu-se a hierarquia do sistema viário como base para a análise espacial. A lógica de padrões de áreas determinadas a partir do traçado dos polígonos representa a **(1) escala municipal de análise** e os padrões determinados a partir da forma urbana interior destas áreas corresponde a **(2) escala local de análise**. A nível municipal e local o estudo se complementa com um estudo de espacialização que permitiu a verificação das ocorrências e a relação entre **(3) homicídios e dados qualitativos da ocupação do espaço (IBGE)**.

### Escala municipal

Quando observamos a espacialização de homicídios segundo a localização domiciliar da vítima (PAIM, 2006) a Zona de Informação que apresenta a maior taxa é a ZI 23 e no outro extremo, entre as que apresentam menor taxa, a ZI 55. No caso em que passemos a uma espacialização onde o critério é a localização da ocorrência e não a residência da vítima, como no caso da metodologia utilizada pelo presente trabalho, este resultado se inverte. A ZI 55 passa a apresentar um índice de aproximadamente 40 homicídios por cada



Distribuição espacial bruta de homicídios segundo Zonas de Informação. Este mapa utiliza os limites das Zonas de Informação segundo metodologia adotada pela CONDER para analisar informações por áreas consideradas homogêneas e resulta da distribuição bruta de homicídios ocorridos no segundo semestre de 2005. (Elaboração própria a partir de dados da Polícia Civil do Estado da Bahia)

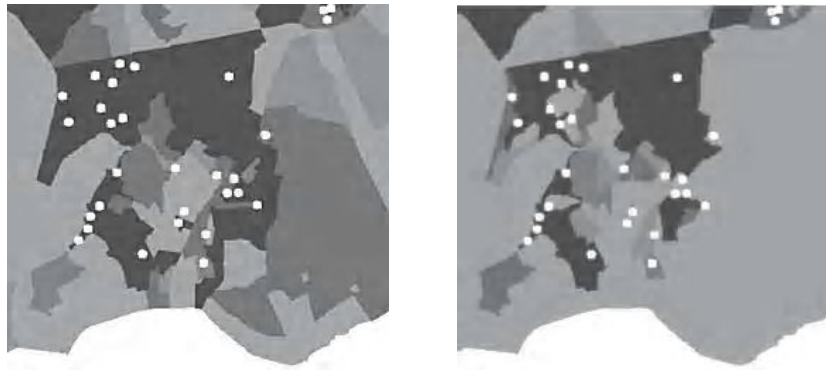
100.000 habitantes contra os cerca de 7 homicídios por cada 100.000 habitantes do critério anterior. Estabelecidos para atender diferentes

objetivos, ambos critérios estão corretos, mas tendo em vista que o foco da pesquisa não está na vítima e sim no espaço, esta grande diferença levou a um questionamento sobre a pertinência da utilização de métodos tradicionais para distribuir espacialmente dados de homicídios quando o objeto de análise era a estrutura urbana.

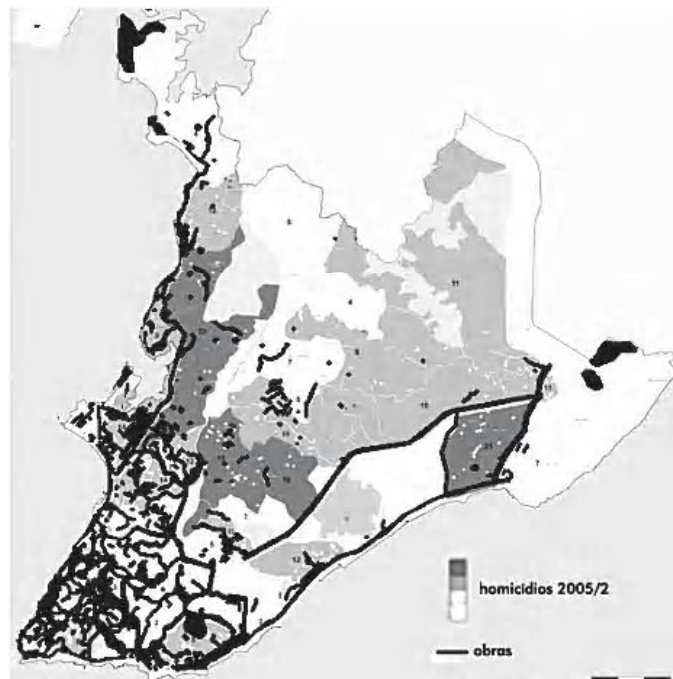
Para superar este impasse a pergunta chave foi: considerando a mobilidade da população e a variação no número de pessoas que ocupam as áreas da cidade em determinadas horas da jornada diária, porque deveríamos priorizar o número de habitantes residentes fixos na área e não as características da dinâmica de flutuação demográfica? Por outro lado, como obter dados relativos a estas populações flutuantes? A resposta veio dos objetos principais da pesquisa: homicídios e organização territorial. Sendo a estrutura urbana a matriz a partir da qual deveríamos perfilar os eventos de violência, o sistema viário mostrou-se como um elemento a partir do qual poderiam ser construídos novos parâmetros de análise. Esta, diretamente vinculada com a estrutura urbana, possibilitou ainda a utilização de várias escalas de aproximação, graças a própria hierarquia do sistema viário.

Na prática, como podemos verificar nos mapas abaixo, as poligonais formadas pelas Vias Coletoras do Tipo II e Coletoras do Tipo I, determinaram as três bases cartográficas a partir das quais foram realizadas a distribuição e análise espacial de homicídios para a escala municipal. Uma primeira aproximação evidencia a concentração de homicídios em áreas tipificadas como informais (favelas, invasões, ocupações, etc) mas uma análise mais detalhada da estrutura urbana existente revela que de fato esta relação não se estabelece exclusivamente com a pobreza e sim com o descaso da administração pública evidenciado pela forte carência e precariedade da infra-estrutura, ocupação irregular e ilegal do solo, seja para uso habitacional ou de outras pequenas atividades comerciais, ausência de opções de lazer para crianças e jovens ou de equipamentos e serviços básicos. A espacialização da violência, portanto, não pode ser explicada somente com dados das condições sociais da população residente. Altos índices de homicídios podem ser encontrados em sub-distritos censitários com perfis sociais diversos. Variáveis como as condições de oferta de infra-estrutura básica, saneamento e coleta de lixo, apresentam igualmente uma relação muito clara com a ocorrência de homicídios. Não podemos afirmar, portanto, que existe uma relação natural entre pobreza e violência. O estudo aponta uma forte relação entre homicídios e déficit de infra-estruturas, equipamentos e serviços a partir do histórico da prática da administração pública, tradicionalmente injusta com algumas áreas da cidade.

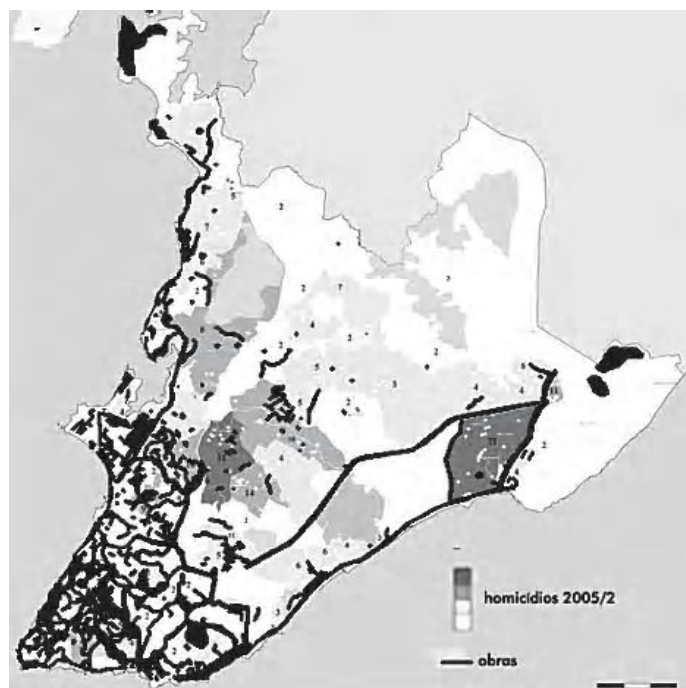




É notável a coincidência entre localização de homicídios e áreas menos servidas por infra-estrutura. Distribuição de homicídios (pontos claros) e domicílios sem água encanada (áreas mais escuras na figura à esquerda) e domicílios sem esgoto (áreas mais escuras na figura à direita). Elaboração própria a partir de dados do IBGE e da Polícia Civil.





Localização das principais intervenções urbanas ocorridas no Município de Salvador nas décadas de 1970 e 1980 (1975-85) e distribuição bruta de homicídios ocorridos em 2005\_2 segundo poligonais formadas por vias coletoras do tipo I. Elaboração própria a partir de dados coletados na Fundação Mário Leal Ferreira da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Salvador e Polícia Civil do Estado da Bahia).



Localização das principais intervenções urbanas ocorridas no Município de Salvador nas décadas de 1970 e 1980 (1975-85) e distribuição bruta de homicídios ocorridos em 2005\_2 segundo poligonais formadas por vias coletoras do tipo II. Elaboração própria a partir de dados coletados na Fundação Mário Leal Ferreira da Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Salvador e Polícia Civil do Estado da Bahia).

### Escala local

O objetivo principal da ordenação dos dados de criminalidade e o relacionamento destes a outras variáveis espaciais, sócio-espaciais e sócio-econômicas é a produção de padrões que expliquem o processo subjacente às ocorrências criminais. O padrão envolve uma descrição mas também uma análise. O mapeamento de informação é descritivo e nos pode indicar a dispersão ou concentração de ocorrências em determinados lugares da cidade. Esta atividade gerou uma coleção de dados referentes aos homicídios mapeados e identificados espacialmente: para cada crime foram produzidos mapas de localização na escala do município e da localidade com as correspondentes fotografias aéreas em escalas de rua, quadra, localidade e bairro. A lógica da análise passa a ser aquela que relaciona espacialmente a unidade local (localidade ou bairro) com os eventos relativos a homicídios, onde são mais importantes as informações relativas a forma, tipologias urbanas e características do habitat (inclusiva aquelas condições sociais de ocupação registradas nas menores unidades censitárias do IBGE). Cada uma destas análises está com-



posta por documentos gráficos que indicam, de forma sistemática, a localização do homicídio, as relações espaciais, tipologias viárias, tipologias habitacionais, forma e legibilidade da imagem urbana. De maneira que a intersecção do conjunto de informações permitiu uma reflexão sobre um tipo de relação ainda pouco estudada respeito a violência urbana; condições urbanas e criminalidade sem desconsiderar as variáveis sociais.

Nesta escala é possível verificar o que ocorre no interior dos polígonos: os homicídios situam-se principalmente nas chamadas sendas (vias) críticas, caracterizadas por seu desenho confuso, permeável e disperso que sugere elementos *facilitadores*. A presença da maioria dos homicídios em sendas destas características indica uma forte relação direta. A dificuldade de acesso, a irregularidade e a falta de clareza sobre o traçado e destino final da via, resulta numa falta de legibilidade que anima a sensação de impunidade. Algumas áreas caracterizam-se pela forte presença de áreas de borde ou limites que impedem a circulação e funcionam como pátios traseiros, formados por muros de equipamentos de natureza variada (escolas, fábricas, etc) e ocupações irregulares com acessos restritos que impedem o fluxo normal de indivíduos, diminuindo a auto-vigilância e a percepção clara do lugar. Mais importante, no entanto, é constatar que este tipo de análise e o trabalho aqui proposto, indicam que a administração municipal tem um papel fundamental a realizar na formulação e execução de uma política de prevenção e desenvolvimento respeito a violência urbana notadamente no que diz respeito a qualificação do espaço público. É importante destacar ainda que esta qualificação atende a uma necessidade funcional da cidade como um todo e não apenas em função da questão da violência urbana. As razões que demonstram este papel fundamentam-se na constatação da importância do espaço público como elemento de articulação e coesão de interesses sociais, comunitários e de cidadania sem os quais não será possível construir um modelo de cidade que atenda aos valores da democracia.

---

**Francisco de Assis da Costa** é Doutor Arquiteto pela Universidad Politécnica de Cataluña e professor Adjunto da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

## Referências

- ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*, jul./dez. 2002, no.8, p.84-135
- AKERMAN, Marco e BOUSQUAT, Aylene. *Mapa de risco da violência: cidade de Salvador*. São Paulo: Cedec/Instituto de Saúde Coletiva da UFBA/Ministério da Justiça, 1997, 12 p.
- ESPINHEIRA, Gey. "Salvador: a cidade das desigualdades". *Cadernos do CEAS*, 184: 63-78. Salvador, Centro de Estudos e Ação Social, nov.-dez., 1999

HARRIES, Keith. Geographic Factors in Policing. Police Executive Forum, 1990.

HEIN, Andrés e Macarena Rau. Estudio comparado de políticas de prevención del crimen mediante el diseño ambiental CPTED. Fundación Paz Ciudadana. Santiago de Chile, 2003.

IBGE. Dados Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2002.

JACOBS, Jane. Muerte y vida de las grandes ciudades. Madrid, 1961.

JACOBS, Jane. Entrevista para Jim Kunstler em 6 de setembro de 2000. Metropolis Magazine, Março : Toronto, 2001

MARICATO, Erminia. Metrópole na periferia do capitalismo ilegalidade, desigualdade e violência. Estudos Urbanos Série Arte e Vida Urbana. Editora Hucitec, São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. Editora Hucitec. São Paulo, 1994.